

XAss. Const
Machado

A voz feminina será forte na Constituinte

Marcondes Sampaio

Ainda que longe de atender às aspirações de igualdade das lideranças feministas, a próxima Assembleia Constituinte deverá reunir a maior bancada feminina da história parlamentar do País. Numa estimativa otimista, podem ser eleitas até 20 deputadas, embora o mais provável seja a eleição de 12 a 15 mulheres constituintes. Para o Senado, contudo, não deverá ser eleita nenhuma mulher. A única que atualmente tem assento nessa Casa (Eunice Michiles, do Amazonas) encerrará seu mandato em janeiro, tendo alguma chance de se eleger deputada.

Atualmente, são sete as deputadas federais. Nas eleições de 1982 foram eleitas oito, mas a ex-presidente nacional do PTB, Ivete Vargas, morreu em 1984, sendo substituída pelo deputado paulista Celso Amaral. A perspectiva de crescimento da representação feminina na Câmara ganhou novo alento neste fim de semana, com a divulgação da pesquisa realizada pela LPM, na qual três mulheres — Rose Mary Goes, Márcia Kubitschek e Maria de Lourdes Abadia — despontam entre os quatro candidatos mais fortes no Distrito Federal.

Mais prováveis

Nas avaliações feitas por representantes de diferentes partidos, são consideradas praticamente eleitas, em vários Estados, as seguintes candidatas: Lúcia Vânia (PMDB-GO), Wilma Maia (PFL-RN), Rita Camata (PMDB-ES), Beth Azize (PSB-AM), Maria de Lourdes Abadia, e as atuais deputadas Cristina Tavares (PMDB-PE), Irma Passoni (PT-SP), Lúcia Viveiros (PFL-PA) e Rita Furtado (PFL-RO).

Têm grande chance as candidatas Lúcia Braga (PFL-PB), Rose de Freitas (PMDB-ES), Márcia Kubitschek, e Rose Mary Goes. Alguma possibilidade: Kátia Born (PSB-AL), Abigail Feitosa (PMDB-BA), Rosa Fonseca (PT-CE), Ireda Cardoso (PT-SP), Bete Mendes (atual deputada, PMDB-SP), Eunice Michiles, Miriam Portella (PDS-PI), Raquel Capiberibe (PMDB-Amapá) e Lídice da Matta (PC do B-BA). Chances remotas: Lillian Martins (PC do B-SP),

Moema Santiago (PDT-CE) e Dirce Quadros (PSC-SP).

Apesar das excelentes colocações obtidas na pesquisa da LPM, Márcia Kubitschek e Rose Mary ainda não podem ser consideradas virtualmente eleitas. Elas demonstraram ter base para evoluir eleitoralmente, mas deve-se levar em consideração que o Distrito Federal terá apenas oito representantes na Câmara e por isso a situação das duas pode ser abalada, ao longo da campanha, pelo desempenho de outros candidatos. No caso de Márcia, pode-se levar em conta que sua candidatura ainda está sujeita a novo julgamento pela Justiça Eleitoral.

O favoritismo de Maria Abadia pode ser explicado pela sólida base política que ela conquistou como administradora regional da Ceilândia, durante nove anos.

Sem feminismo

A relação de candidatas viáveis evidencia alguns aspectos curiosos. Por exemplo: é possível que não seja eleita para a Constituinte nenhuma deputada marcadamente comprometida com a liderança do movimento feminista, a menos que a paulista Ireda Cardoso tenha êxito na sua candidatura. Também chama atenção a hipótese de um Estado da expressão política de São Paulo, com 60 representantes na Câmara, eleger apenas uma mulher (Irma Passoni), enquanto o Amazonas, com apenas oito representantes, pode eleger duas deputadas.

A maioria das mulheres será eleita por atividade no campo social, pela mensagem ideológica, ou pelo prestígio dos maridos, como Rose Camata, mulher do ex-governador capixaba, Gerson Camata; Lúcia Vânia, casada com o ex-governador Irapuan Costa Júnior; Wilma Maia, mulher do ex-governador potiguar, Lavoisier Maia. A paraibana Lúcia Braga soma o prestígio pessoal ao do marido, ex-governador Wilson Braga.

A mobilização feminina pode abalar até um dos últimos bastiões do machismo — o Estado de Alagoas — se a socialista Kátia Born for eleita. No Rio Grande do Norte, a eleição de uma deputada, mesmo favorecida pela circunstância de o marido ter sido o governador do Estado, não chega a surpreender. Afinal, esse é o Estado brasileiro que primeiro

conferiu o direito de voto à mulher, em 1928.

A esquerda

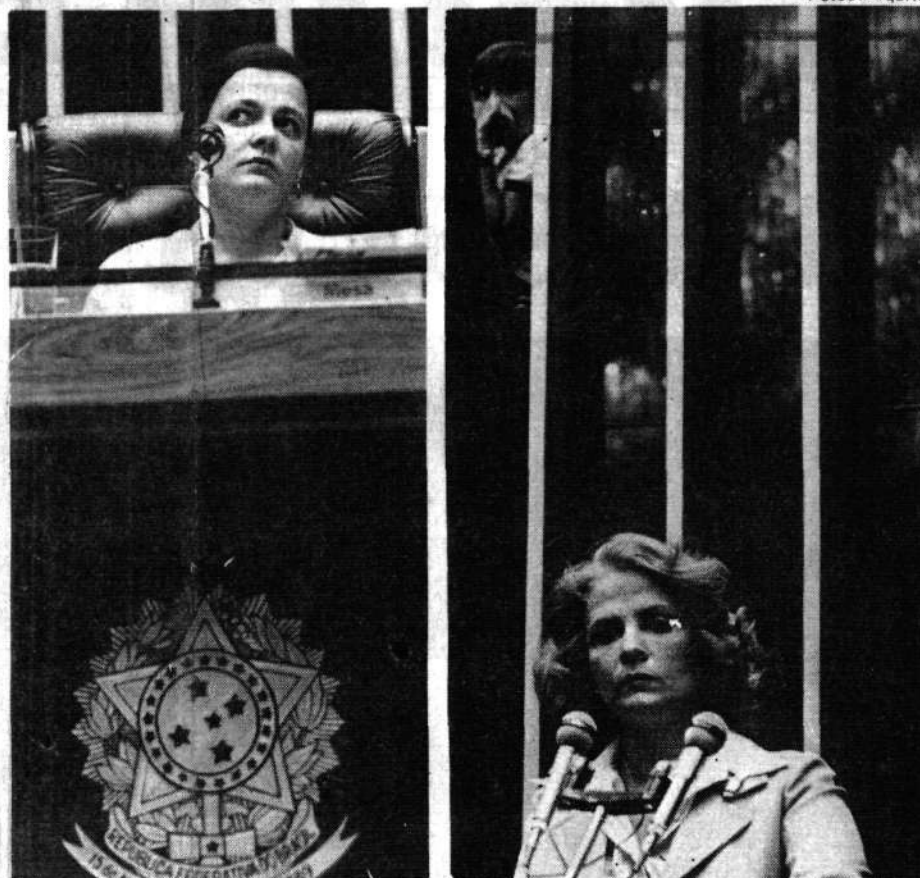
Outro dado significativo revelado pelo levantamento, indica que a sorte das mulheres na Constituinte está, em grande parte, associada ao desempenho dos pequenos partidos de esquerda — como o PT, PSB e PC do B.

Na realidade, das 254 mulheres que disputam a Câmara — e 18 o Senado — cerca da metade está filiada aos pequenos partidos, especialmente nas regiões Norte e Nordeste. Essa concentração de candidatas nos Estados nordestinos é explicada, em certo grau, pelo recente fenômeno da eleição, em Fortaleza, da primeira prefeita de capital mulher, a petista Maria Luiza Fontenelle.

Quanto à opção pelas siglas menores, a causa principal é o fato desses pequenos partidos terem mais carência de quadros nas duas regiões, tornando maior a necessidade de prestigiar as mulheres, a ponto de em vários Estados atribuírem-lhes as candidaturas majoritárias ao Senado e até mesmo a governador. A jornalista Leticia Borges, de «O Globo», não vê nisso exatamente uma deferência à mulher, mas sim uma «missão de sacrifício». Ou seja, as mulheres candidatas a postos majoritários entram na eleição cientes de que não têm qualquer chance de vitória, mas concordam em candidatar-se como forma de atrair o eleitorado feminino para os seus partidos.

De qualquer modo, essa opção pela esquerda é bem diversa daquela assumida, 22 anos atrás pelas mulheres que, a pretexto de livrar o País do comunismo, foram às ruas fazer a «Marcha da Família com Deus pela Liberdade», ajudando a criar as condições para a consolidação do movimento militar de 64.

Muitas das filhas e netas dessa geração de senhoras da «Marcha» estão agora do outro lado, comprometidas com o revigoramento do poder civil. Outras, como Eunice Michiles, não abrem mão do combate ao avanço das esquerdas. Até 1983, como integrante do PDS, Michiles presidiu o «Movimento da Mulher Democrática Social» que tinha como um dos objetivos, exatamente, combater a «influência das esquerdas no País».



Bete Mendes e Eunice Michills fazem parte do exiguo quadro feminino

Entre as propostas da mulher, o aborto

Num grande encontro nacional realizado no último dia 26, no Auditório Nereu Ramos, da Câmara, mais de mil mulheres, representantes de dezenas de entidades e partidos, emitiram um documento apresentando as propostas e princípios que elas esperam ver decididos pela Constituinte, incluindo o aborto.

Entre os «princípios gerais», o documento propõe que a Constituinte «estabeleça preceito que revogue automaticamente todas as disposições legais que impliquem em classificações discriminatórias e determine que a afronta ao princípio de igualdade constitua crime inafiançável».

O aborto é recomendado através da proposta de «garantia de livre opção pela maternidade, ... como o direito de evitar ou interromper a gravidez, sem prejuízo para a saúde da mulher.»

As mulheres também querem que a nova Constituição estabeleça «a plena igualdade entre os cônjuges no que diz respeito aos direitos e deveres quanto à direção da sociedade conjugal; à administração dos bens do casal; à responsabilidade em relação aos filhos; à fixação do domicílio da família, ao pátrio poder». Do mesmo modo querem a «plena igualdade entre os filhos, não importando o vínculo matrimonial existente entre os pais».

E mais: «Acesso da mulher rural à titularidade da terra em planos de reforma agrária, qualquer que seja seu estado civil; a maternidade e a paternidade constituem valores sociais fundamentais, devendo o Estado assegurar os mecanismos do seu desempenho; a lei coibirá a violência na

constância das relações familiares, bem como o abandono dos filhos menores».

Quanto à legislação trabalhista, o documento propõe, com base no princípio da isonomia, entre outros, os seguintes itens: «Salário igual para trabalho igual; igualdade no acesso ao mercado de trabalho e na ascensão profissional; extensão dos direitos trabalhistas e previdenciários de forma plena às empregadas domésticas e às trabalhadoras rurais; estabilidade para a mulher gestante; licença ao pai nos períodos natal e pós-natal; eliminação do limite de idade para a prestação de concursos públicos; direito do marido ou companheiro a usufruir dos benefícios previdenciários decorrentes da contribuição da esposa ou companheira».

As mulheres recomendam ainda que a nova Constituição institua um Sistema Único de Saúde; dê «Garantia de Assistência Integral à Saúde da Mulher; proíba «toda e qualquer experimentação com mulheres e homens, de substâncias, drogas e meios anticoncepcionais». No campo da educação, dão ênfase à igualdade dos sexos e à luta «contra todas as formas de discriminação»; o combate ao analfabetismo e a liberdade de produção e divulgação do produto cultural.

Em relação ao combate à violência, é proposta a «criminalização de quaisquer atos que envolvam agressões físicas, psicológicas ou sexuais à mulher, fora e dentro do lar», e não «contra os costumes»; que seja considerado estupro qualquer ato ou relação sexual forçada e retirar da lei a expressão «mulher honesta».

Tudo começou em 1932, com uma paulista

A primeira mulher parlamentar do Brasil foi a paulista Carlota Pereira de Queiroz. Médica, participante da Revolução de 1932 como uma das organizadoras do Serviço de Assistência aos Feridos, Carlota foi eleita constituinte em 1933. Dois anos depois, ela recebeu como companheira nessa Assembleia a pioneira do movimento feminista no País, Berta Lutz, que chegou à Constituinte como suplente da bancada do Rio de Janeiro.

Para a Constituinte de 1946 não foi eleita nenhuma mulher e durante os anos 50 a Câmara Federal recebeu apenas uma deputada — a baiana Nita Costa. Em 1962, elegeram-se uma mulher que, diferente dos padrões feministas de hoje e de forma no mínimo polêmica, marcou presença no Legislativo: a paulista Ivete Vargas, sobrinha-neta do ex-presidente Getúlio Vargas.

Antes de cassada, em 1968, Ivete chegou a dominar a máquina da previdência em São Paulo, recorrendo aos padrões convencionais da política, marcados pelo clientelismo. Anistiada, Ivete envolveu-se numa disputa com o governador Leonel Brizola pelo controle da sigla PTB. Eleita em 1982, logo assumiu a presidência e a liderança do PTB na Câmara, cargos que exerceu até sua morte, em 1984.

Foi na legislatura 1967/1971 que as mulheres alcançaram uma representação expressiva para a época: seis deputadas — Ivete Vargas, Júlia Steinbruch, Lygia Lessa Bastos, Maria Lúcia Araújo, Nely Novais e Nisia Carone. Além das mulheres, foram eleitos para essa legislatura vários sacerdotes e parlamentares jovens, o que levou o ex-ministro da Educação, Gustavo Capanema, a exclamar, na sessão inaugural: «Onde chegamos, com tanta mulher, tanto menino e padre?...

E verdade que quase todas as deputadas de 1967 foram eleitas na sobra do prestígio dos respectivos maridos: Júlia, casada com o ex-senador Aarão Steinbruch, Ligia, com o ex-líder do PTB, Doutel de Andrade, Maria Lúcia, com o ex-governador do Acre José Augusto (falecido), Nisia, com o ex-prefeito de Belo Horizonte, Jorge Carone e Nely com o deputado Manoel Novais, que era considerado uma espécie de vice-rei do Vale do São Francisco. A exceção de Nely, as demais foram cassadas em 1968.

Atualmente, integram a representação feminina na Câmara as deputadas Cristina Tavares, Bete Mendes, Lúcia Viveiros, Irma Passoni, Rita Furtado, Myrtes Beviláqua e Júnia Marize. As duas últimas não retornarão à Câmara: Myrtes é candidata ao Senado, pelo PMDB do Espírito Santo e Júnia a vice-governadora de Minas.

No Senado tem assento a amazonense Eunice Michiles, que foi a primeira mulher a ter assento nessa Casa do Congresso, onde chegou em 1979, como suplente do senador João Lobo.